

A QUESTÃO DO GÉNERO NO SECTOR INFORMAL EM CABO VERDE: UM ESTUDO SOBRE AS “RABIDANTES” DO MERCADO “SUCUPIRA” NA ILHA DE SANTIAGO

Marzia Grassi *

INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que, em África, o feminino e o masculino antes do contacto com os povos europeus são mal conhecidos devido à variedade de formas de organização social e religiosa na sociedade tradicional africana. Em África a pré-modernidade corresponde ao período pré-colonial e indica o tempo antes do contacto com os europeus que introduziram a sua forma de organização da sociedade baseada na ideologia colonial e no cristianismo. A vida das mulheres africanas não tem em geral interessado a história de África. Esta última resultava aliás de fontes escritas estrangeiras, árabes depois do século X ou europeias depois do século XV. (VIDROVITCH 1994: 10). Como refere esta autora, as fontes históricas estrangeiras falam sobretudo de homens e as mulheres aparecem pouco e sempre segundo estereótipos que vêm de um lado as princesas e as rainhas e do outro as escravas e concubinas. Além disso, quando se fala de época pré - colonial fala-se de cerca de dois milénios e de um espaço geográfico diferenciado que vai do deserto à floresta, o que dificulta qualquer tipo de generalização. A imagem resultante da mulher africana é, portanto, uma imagem estereotipada: mãe, esposa, generosa, fecunda.

* Mestre em Estudos Africanos, doutoranda em Economia do Desenvolvimento no ISCTE de Lisboa.

Se a ideologia dominante, assim como uma parte do feminismo ocidental, julga as relações do género da época pré-colonial como opressivas, muitos autores demonstram como estas relações se tornaram mais opressivas e exploratórias durante e depois do colonialismo (AMADIUME 1987; LEACOCK 1981)¹. Leacock apresenta uma interpretação alternativa da “tradição” e do género através da releitura crítica de documentos de arquivo do século XVII. Uma metodologia parecida é adoptada também por Okeyo (1983) na reinterpretção da história Luo, no Quénia.

Não é possível, de facto, estabelecer a forma e o conteúdo das relações de género na época pré-colonial, embora se possa afirmar que elas variavam segundo a classe, a etnia e a posição particular dos homens e das mulheres na sociedade considerada. Okeyo (1987: 89-112) sustenta que as mulheres tinham um grande poder e autonomia em algumas sociedades, ao contrário da imagem tradicional que as apresenta privadas de qualquer poder e submissas. É evidente, por exemplo, que as rainhas e as mulheres que possuíam escravos (homens e mulheres), perpetravam uma complexa desigualdade estrutural de classe/género/relações étnicas. O que falta, como já dissemos, é a reconstrução histórica não só das rainhas e das chefes dos rituais, mas também das escravas e das mulheres comuns de maneira a poder compreender as relações do género pré-coloniais, em períodos e lugares diferentes². Esta realidade complexa de variedades, mudanças e conflitos fica muitas vezes escondida quando a metodologia adoptada nas pesquisas tem tendência a generalizar de uma forma abusiva realidades muito diferentes influenciadas por diferentes variáveis. Além disso, na análise das relações actuais de género a perspectiva histórica é também tendencialmente negligenciada.

Para analisar as relações de género em África, as agências humanitárias e os organismos internacionais continuam a usar o agregado familiar africano como modelo e unidade de análise. As críticas feministas sobre este método têm razão de ser ao ter conta que existem actividades económicas separadas, rendimentos e despesas separados e relações de género/idade complexas entre os dois sexos. Uma das explicações, do uso de agregado como unidade de análise, é política e prende-se com a organização das sociedades

¹ Os autores escreveram respectivamente sobre a África Ocidental e a América Latina.

² Ver a este propósito Havik (2000) e a sua investigação histórica sobre Bibiana Vaz de França da Guiné Bissau.

agrícolas, que dependem de maneira significativa da persistência da família patriarcal e do trabalho familiar reprodutivo não pago de mulheres e crianças (MBILINYI 1991: 41).

É com a teoria feminista que a mulher, definida até então exclusivamente através da sua relação com o homem começou a ter identidade própria (WESTKOTT 1979:422-30). É de sublinhar que existem muitas e diferentes teorias feministas em África, como em todo o mundo. O feminismo não tem uma definição fixa, tem significado se entendido no momento e é governado pelo próprio contexto e pelas identidades e posições ideológicas dos investigadores. Não existe, portanto, um feminismo africano ou um feminismo do terceiro mundo. Em África os investigadores sobre o gênero utilizam uma ou outra teoria feminista e adaptam-na ao contexto que estudam. É só após 1980 que os autores africanos se auto-definem como feministas.

Por um lado, o *feminismo radical* trabalha com conceitos totalizadores (o homem é visto como o inimigo) que ignoram as possibilidades de mudança e as diferenças, reduzindo a causa das diferenças entre homem e mulher à biologia, adoptando conceitos de intrínsecas e naturais diferenças entre homem e mulher. Neste contexto, o patriarcado, como conceito, é introduzido para diferenciar as forças que mantêm a opressão e a discriminação da mulher das outras forças sociais, como o capitalismo ou o socialismo (RUBIN 1975:157-210).

Por outro lado, o *feminismo liberal burguês* que critica explicitamente as estruturas capitalistas e se relaciona com o paradigma da modernização, orienta a teoria e a prática das políticas WID para os países em desenvolvimento. Nos anos '80 e '90, e como forma de resistência contra a dominação europeia e branca dos estudos feministas africanos, nasce o *feminismo nacionalista* que adopta e homogeneiza conceitos sobre a cultura e a mulher africana e acaba por reproduzir as construções coloniais que inicialmente critica. São os estereótipos radicais sobre a mulher africana que tomam o lugar da análise empírica. Mbilinyi (1992: 31-35)) refere que "Imam and Mama (1991:10) using Okot p'Bitek's poetry as an illustration, note: The docile, obedient village woman, custodian of culture, the simple peasant grinding millet outside the productive life of the community, the matriarch of the shrine and the marketplace, the corrupt urban prostitute: these are the stereotype of much africanist, western feminist and african male scholarship on african women, such as it is".

Esta visão romântica, que ignora as mudanças históricas das estruturas económicas, sociais e políticas, tem que ser criticada para perpetuar os mitos da “família africana”, da “cultura africana” e da “época dourada da África pré-colonial”.

Alternativamente, *feministas marxistas* explicam a opressão da mulher dentro das relações de classe e explicam-na com a propriedade e o controlo dos meios de produção e a posição na força de trabalho, tendo sido esta visão facilmente incorporada na retórica dos estados nacionais que saíram das independências.

Por seu lado, o *feminismo pós-estruturalista* inspira-se nas várias escolas da psicanálise para explicar a produção e reprodução da identidade de género do sujeito da pesquisa e produz uma análise do género que põe a pessoa, na sua complexidade, no centro das preocupações. Argumenta-se que as mulheres não são uma categoria homogénea, sendo divididas por classes, raça/etnicidade, nacionalidades, identidades de género, opção sexual, estado marital, idade, psicologia individual (STRATHERN 1988: ix). Cada mulher tem múltiplas identidades que coexistem pacificamente ou, pelo contrário, entram em conflito. Conceitos como o de “mulher do terceiro mundo” ou “mulher africana” têm um impacto colonizador porque homogeneizam as mulheres e criam os mitos que, incorporados na ideologia dominante, servem para perpetuar a sua opressão.

Finalmente existem pesquisadores sobre o género em África que têm uma atitude crítica em relação ao feminismo, incorporando a análise histórica, e utilizam a multidisciplinariedade e a multidimensionalidade. São os que ligam o económico com o político, o cultural e o psicológico e usam uma metodologia e uma epistemologia que combina o subjectivo e o objectivo, mostrando como o género é construído e/ou desconstruído em discursos diferentes.

Género e poder num contexto de mudança

Um aspecto importante do género em África é a sua ligação com as estruturas do parentesco e portanto com a questão da percepção do poder.

Nas sociedades africanas o poder em geral percepção-se como sendo masculino ao mesmo tempo que o poder da mulher surge como o seu complemento natural. Neste sentido e a este propósito, Loforte (2000), com um trabalho sobre os Tsonga de Moçambique

questiona em determinados contextos as teses que acreditam no patriarcado absoluto (RUBIN 1975) no qual os homens deteriam todos os poderes. Nas sociedades africanas em geral, se o poder institucionalizado e público é sem dúvida masculino, pode-se também afirmar de acordo com Loforte (2000:18), que “o poder processual e estratégico é feminino”.

Em Cabo Verde, terreno de estudo do caso empírico que se apresenta, se por um lado muitos autores duvidam da existência de lógicas da sociedade tradicional africana, por outro lado o percurso histórico e as características de povoamento, em especial da ilha de Santiago, indicam a persistência de estratégias e práticas das sociedades africanas do continente que se sobrepõem, e às vezes se impõem, sobre as dinâmicas das sociedades ocidentais, o que faz pensar em Cabo Verde como um caso do “Atlântico negro” de Gilroy, (1995).

Esta problemática assume características diferentes conforme consideramos o meio rural ou o meio urbano. O trabalho de terreno foi desenvolvido no contexto urbano. Nas cidades, embora o parentesco mantenha um lugar importante, quer no acesso à terra, à força de trabalho, no emprego, as estratégias de inserção em novas redes torna-se dominante e nascem novas formas de solidariedade fundadas não só na aliança e na co-residência mas também na profissão, na religião e na vizinhança, e nascem também associações e redes políticas nas quais as mulheres que atingem a liderança podem gerir novos espaços de poder e modificar a estrutura do campo de poder político (LOFORTE 2000:23). É dentro destas redes femininas que as mulheres procuram ter acesso ao capital e ao trabalho pois a difícil situação económica exige o recurso a trabalhos fora do sector formal da economia. Em Cabo Verde também, “o trabalho no sector informal é encarado com a mesma naturalidade por todos sejam homem, mulher ou criança o seu protagonista” (LOFORTE 2000:22).

Um factor importante de acréscimo de poder feminino nas cidades é a emigração masculina, que em Cabo Verde assume grandes proporções. Enquanto a emigração masculina do campo para a cidade não modifica muito as relações de poder, porque elas são inseridas e controladas na rede de parentesco do esposo, na cidade a lógica social liga-se a outras redes e alianças através de estratégias individuais que visam maximizar os próprios interesses, não só no campo emocional e da sexualidade, mas também no campo económico.

Mas o número sempre maior de mulheres nas cidades africanas depende só em parte da migração dos homens. Segundo Vidrovitch (1994:149) a maior mudança do século XX tem sido a emergência, nas cidades, de uma categoria bem definida: as mulheres independentes, capazes de satisfazer as próprias necessidades e da própria família (a começar pelos filhos) sem a ajuda de ninguém e sem depender de um homem, se não por relações sociais aceites mas sem relações económicas. As mulheres, além da prostituição urbana bem descrita em numerosos textos, souberam arranjar outras importantes oportunidades de trabalho chegando a ocupar uma posição importante, sobretudo no capitalismo mercantil informal.

O Sector informal cabo-verdiano

Em Cabo Verde o sector informal é sem dúvida um sector económico particular da economia capitalista dado que se trata, pelas pequenas empresas, de criar um lucro. Este inclui as actividades económicas de agentes que trabalham por sua conta em pequenas e médias unidades de produção e que escapam, em parte, ao controlo do Estado.

Este tipo de actividade utiliza práticas e conceitos de organização, e de produção, que diferem das práticas tipicamente utilizadas no ocidente. A importância deste sector reside sobretudo na sua capacidade de ajustar o nível do emprego, que constitui um dos maiores problemas do país.

O mercado do trabalho em Cabo Verde é caracterizado por vários desequilíbrios estruturais entre os quais os mais importantes dizem respeito à existência de uma população jovem, (sendo cerca de 70% com menos de 30 anos) unida a uma alta taxa de fecundidade, à baixa qualificação profissional e à falta de ligação entre sector de emprego e a formação profissional existente. O aumento do desemprego característico da adopção dos programas de ajustamento e estabilização tem agravado ainda mais a situação. No quarto trimestre de 1999, a taxa de desemprego é estimada em 24.2% (IEFPP, 1997).

O sector informal em Cabo Verde é particularmente dinâmico nas áreas do comércio de importação, de intermediação entre os meios rural e urbano, da construção civil e da pesca artesanal, e desempenha funções importantes no plano económico e social per-

mitindo criar emprego para parte significativa da população activa, assim como de produção de bens e serviços que têm um peso importante na procura dos mais pobres.

As “rabidantes” do mercado Sucupira

O estudo de caso que é apresentado, refere-se ao sector do comércio informal cabo-verdiano protagonizado pela presença maciça de mulheres empresárias. Os dados recolhidos incidem sobre o funcionamento das empresas chefiadas por mulheres e fornecem informação sobre as suas características, assim como a ligação entre o desenvolvimento e os assuntos do género neste contexto empresarial.

Uma primeira viagem em Novembro de 1999 serviu para identificar o grupo alvo : as “rabidantes” do mercado Sucupira na cidade da Praia (Ilha de Santiago). Foram realizadas 23 entrevistas exploratórias a mulheres e homens do Sucupira, além de vários contactos com instituições e Ong’s locais que se ocupam da questão do género e que permitiram a recolha de algumas fontes escritas.

A escolha das “rabidantes” da Ilha de Santiago foi feita tendo em conta alguns aspectos: trata-se de uma comunidade relativamente pequena e concentrada maioritariamente no mercado Sucupira; trata-se ainda de uma comunidade de empresários em relação à qual os indivíduos partilham um sentimento de pertença e uma identidade colectiva, de maneira a poder ser identificada tanto interna como externamente como um todo; trata-se de um exemplo de economia informal capaz de resistir, até agora, às conjunturas flutuantes e de adaptar-se às circunstâncias. A economia informal implica processos de solidariedade e de pertença. Os processos de pertença são visíveis na formação da identidade colectiva e os de solidariedade nos circuitos de ajuda mútua. Trata-se ainda de um reservatório de recursos humanos dinâmicos e capazes de inovação e de flexibilidade; a grande maioria dos empresários são mulheres, o que permite testar a hipótese da existência de mecanismos que ligam a problemática do género e o desenvolvimento empresarial naquele contexto.

O plano de acesso às rabidantes foi no início bastante complicado devido à desconfiança inicial das empresárias que se recusaram, na primeira semana, a falar português porque, como explica-

vam gentilmente, não falavam esta língua, só falavam crioulo. A ajuda de funcionários de ONG'S, de uma jornalista brasileira que bem conhece o mercado Sucupira e de uma socióloga ligada a projectos de desenvolvimento, permitiram o acesso a alguns informadores que sucessivamente nos puseram em contacto com outros, de maneira que um tempo relativamente breve permitiu, pelo menos, equacionar as características do acesso. Todavia, o problema parecia persistir e com ele o sentimento de frustração até o dia em que, depois de uma noite em branco em que foi até ponderada a possibilidade de desistir do trabalho, foi adoptada a estratégia da mentira ao contrário sobre a mesma questão da língua (então era eu que percebia perfeitamente o crioulo) o que provocou uma reacção de simpatia que permitiu realizar as entrevistas em português sem ulteriores problemas do mesmo tipo.

A análise circunscreve-se ao período que vai de 1992 à actualidade. A delimitação temporal corresponde à exigência de analisar o contexto depois da abertura ao mercado e da introdução do regime multipartidário em Cabo Verde. Este contexto temporal tem a vantagem de corresponder a um período que ainda é muito presente na memória dos actores da economia informal. Este domínio é algo que não foi muito estudado, sendo ainda muito escassa a informação estatística existente. No caso de Cabo verde a informação estatística do sector informal da economia resume-se a um inquérito de 1997 do Instituto de Emprego e Formação Profissional, dirigido ao sector informal e realizado nos centros urbanos do Mindelo, Praia, S. Catarina (Assomada), S. Felipe e Sal (Espargos), que surgiu na sequência de um inquérito piloto efectuado apenas na Praia em 1995, onde foi feito um levantamento das características essenciais do Sector informal com apoio de "informadores privilegiados". Com base neste inquérito de 1995 e seguindo as orientações da OIT foi efectuado um inquérito ao sector informal no 4º trimestre de 1997.

É de referir também o Inquérito às Forças de Trabalho, de 1996, onde foram incluídos no questionário alguns indicadores do sector informal, tendo os resultados indicado que este sector ocupa cerca de 40% da população empregada, sobretudo no sector do comércio, Indústria transformadora e Construção Civil.

As poucas estatísticas existentes não dizem nada sobre o processo de desenvolvimento histórico do tema deste trabalho, porque o género não tem sido até agora uma categoria de análise utilizada

pelos economistas no estudo do processo de desenvolvimento. Parece, então, que se torna fundamental o recurso à memória das pessoas que vivem as práticas diárias no mercado e no interior da família. Por outras palavras, o objectivo fundamental da recolha de dados consistiu em captar a realidade deste sector da economia, com a preocupação de perceber as suas características e as suas ligações com a problemática do género. A opção metodológica e a escolha dos indicadores mais eficazes para a medição das várias dimensões do conceito de género não constituiu uma simples questão de método sendo, pelo contrário, uma questão substancialmente epistemológica que denuncia a sensibilidade teórica e o posicionamento ideológico de quem investiga.

Como se sabe, o paradigma económico neo-liberal dominante, que acredita na auto regulação do mercado, sugere maioritariamente metodologias quantitativas para a recolha de dados científicos. Este trabalho teve que questionar a sua eficácia, sendo as mulheres do comércio informal em Cabo Verde um fenómeno multifacetado da complexidade sócio-económica daquele país, e foi portanto privilegiada uma análise qualitativa através de entrevistas ao grupo alvo e a observadores privilegiados, observação directa e recolha de histórias de vida. Sendo os homens um grupo distinto das mulheres e crianças, no que diz respeito à redistribuição dos rendimentos, ao acesso aos recursos e à tecnologia moderna, ao mercado de trabalho e à educação, pensámos que seria um erro tomar como base a unidade doméstica para estudar este fenómeno económico porque as unidades domésticas de que a literatura fala, quando usadas como categorias de análise, negligenciam o diferente impacto dos homens e das mulheres na sociedade. Por este motivo também foi importante ouvir o ponto de vista dos homens.

Em relação à actividade comercial os dados recolhidos incidem sobre as características da actividade empresarial. É oportuno sublinhar que nos casos da recolha de histórias de vida estas se confundem com a história das empresas que os entrevistados gerem, e que são os problemas ligados à actividade empresarial que provocam mudanças nos papéis do género dentro do agregado e na divisão sexual do trabalho. Por outras palavras, a vida pessoal das empresárias muitas vezes confunde-se e é grandemente influenciada pelos imperativos de eficiência das empresas por elas geridas.

Tratando-se, pois, de mulheres que desenvolvem a sua própria actividade dentro de um circuito internacional, no que diz respeito

à aquisição da mercadoria foram também recolhidos dados que esclarecem a sua dimensão e as suas características. Trata-se de mulheres que sozinhas ou em grupo com outras mulheres (geralmente sempre as mesmas) gerem, além das próprias empresas, os destinos das próprias famílias extensas e o trato comercial regional e Atlântico.

A recolha de dados qualitativos sobre a situação familiar destas empresárias permite também observar se existe uma relação entre o dinamismo das rabadantes e a estrutura familiar específica do contexto (a grande maioria das mulheres cabo-verdianas são chefes de família).

Ao mesmo tempo foi realizado um inquérito que permite trabalhar também alguns dados quantitativos com o objectivo de complementar a análise qualitativa. O inquérito foi preparado com base no Inquérito do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) com várias modificações iniciais, e sucessivas, para permitir a sua operacionalidade naquele contexto específico. Tivemos, por exemplo, desde o princípio, de colmatar uma grave lacuna por quanto no inquérito aplicado ao sector informal em 1996 não resulta alguma discriminação por sexo dos empresários entrevistados, o que constitui uma grave limitação na análise do objecto de estudo deste trabalho. Além disso, o inquérito levou sucessivas modificações durante a sua aplicação e que tinham a ver com questões que iam surgindo sobre a sua operacionalidade e com a experiência vivida durante o dia a dia no terreno. Os resultados do inquérito estão ainda em fase de elaboração.

Na escolha do universo a investigar foi determinante a preocupação de seleccionar um grupo o mais possível homogéneo, que permitisse poder alcançar facilmente a saturação dos dados necessária à sua generalização em contextos mais amplos da realidade informal em Cabo Verde. Limitações de tempo e de orçamento induziram também a escolher um grupo facilmente identificável, uma vez que se trata de um grupo fiscalizado pela Câmara Municipal, que recebe o pagamento mensal do aluguer para a utilização de módulos em cimento, recém construídos na mesma praça que hospeda há 14 anos o mercado Sucupira.

Este mercado foi inaugurado, na sua forma actual, em Maio de 1999 e é composto de 167 módulos modernos, construídos recentemente, 13 restaurantes, 48 módulos na parte mais antiga do mercado e 20 módulos pequenos. Além desta parte mais estruturada

existem 204 bancas de madeira, 7 módulos maiores construídos por auto financiamento e 24 módulos em construção (em Março de 2000) que dentro de poucos meses estarão prontos para funcionar. Há à volta o chamado espaço de “terrado” onde actualmente cerca de 200 pessoas vendem no chão todos os dias. Há cerca de 14 anos os vendedores do mercado da Praia (no Platô) foram deslocados para este lado da cidade porque a Câmara queria regulamentar o comércio de rua. Havia bancas onde os comerciantes podiam vender e os primeiros a ocupá-las foram os que já vendiam na cidade. Houve no princípio uma certa reticência à mudança de lugar porque na altura esta zona da cidade era pouco frequentada. A Câmara Municipal cobra uma taxa pelo aluguer dos módulos, que varia segundo o tipo de construção.

O universo inquirido é formado pelos comerciantes que alugam os módulos mais recentes. Trata-se das empresárias que estão há mais tempo no mercado e que têm um nível de negócio mais desenvolvido. Todas elas adquirem a mercadoria no estrangeiro. A atribuição dos módulos pela Câmara Municipal seguiu vários critérios tendo em conta o número de anos de actividade dos empresários naquele mercado, o facto de estas terem já um contrato de ocupação de bancas com a Câmara, o número de pessoas no agregado familiar e, por fim, foram loteados os lugares que sobraram obrigando os que ficaram de fora a deslocar-se para a zona mais exterior do mercado mas sempre dentro do recinto do mercado.

Os dados acima referidos foram disponibilizados pelo funcionário do SEPAMP, o gabinete da Câmara que se ocupa da fiscalização do espaço, que tem um conhecimento directo dos empresários deste mercado. A taxa que se paga para um espaço na Sucupira é maior do que aquela que se paga nos outros mercados municipais, o que se justifica por se venderem aqui produtos manufacturados e não alimentícios. As taxas variam entre 115 escudos CV mensais, para o espaço de terrado e 7.500 escudos CV, para os módulos.

Há uma visível estratificação no sector entre grupos de mulheres grossistas e retalhistas. As grossistas tendem a ter fortes ligações com o sector formal e algumas beneficiam de crédito, enquanto que as retalhistas trabalham em condições precárias, lutando unicamente pela sobrevivência, tendo baixo capital social em relação às mulheres grossistas.

O grupo dos entrevistados possuem as seguintes características comuns: trata-se dos empresários mais antigos no mercado, todos

vendem produtos manufacturados, todos viajam várias vezes ao ano ao estrangeiro, onde compram a mercadoria que aqui vendem sobretudo a grosso aos retalhistas, são os mais sucedidos que conseguiram uma certa acumulação de capital, são quase todos mulheres, a maioria das quais chefes de família. O nosso universo total é composto por 167 empresários entre os quais foram realizadas 60 entrevistas. O total das pessoas que vendem produtos manufacturados no Sucupira são cerca de 800, se consideramos os vendedores a retalho que estão localizados nas bancas de madeira e no terrado. O número de rabidantes do Sucupira aumenta em 20% ao ano. Em 1986, quando se inaugurou o mercado, havia no máximo 100 pessoas o que quer dizer que houve anos em que a taxa de crescimento foi superior a 20%.

Se, por um lado, a aplicação do Inquérito serviu para caracterizar quantitativamente o universo, por outro lado, os dados mais significativos resultam das entrevistas semi - dirigidas e das histórias de vida dos entrevistados que permitem captar, entre outras, a dimensão cultural do conceito, assim como a sua dimensão "experencial", entendida como a experiência vivida pelos protagonistas e a sua dimensão "consequencial", no sentido de poder analisar os efeitos provocados pela modernidade.

O facto de a grande maioria dos empresários do nosso universo serem mulheres, levou a questionar esta realidade com os próprios empresários. A grande maioria dos entrevistados acha isso um fenómeno "natural", tanto que muitos não acham necessário reflectir sobre a questão. Um dado interessante que resulta é a falta de confiança nos homens para desenvolver este tipo de actividade.

A actividade empresarial neste contexto parece mesmo um assunto feminino e quando no agregado familiar existem homens e mulheres desempregados, são as mulheres que exploram a possibilidade de trabalho neste sector enquanto os homens só o fazem em casos esporádicos.

É evidente que o espírito de iniciativa feminino em aproveitar as oportunidades deste sector da economia resulta e justifica-se, em larga medida, pela existência de desigualdades de acesso ao mercado de trabalho formal: as mulheres sabem que têm menos possibilidade do que os homens de encontrar um trabalho no sector formal da economia.

A investigação empírica, produzida sobretudo pela psicologia norte americana, evidencia uma relativa correspondência entre as

formas objectivas de discriminação no mercado de trabalho e a forma como as mulheres se representam nesta mesma realidade. Os modelos utilizados analisam por um lado os preconceitos dos homens e por outro lado a falta de consciência das mulheres sobre a sua condição de acesso ao mercado de trabalho formal.

O contexto deste trabalho, ao contrário, parece favorecer a consciencialização por parte das mulheres da sua condição de discriminação no acesso ao mercado de trabalho:

Isabel: " Aqui as empresárias são quase todas mulheres... os homens encontram trabalho lá fora, eu fiz o 2º grau e o que posso fazer? A minha mãe dizia que eu não tinha jeito para estudar mas o meu irmão também não tinha jeito mas fez a 6ª classe. A mulher não tem trabalho e aprendeu a fazer negócios".

Na verdade, os entrevistados atribuem esta "diferença de género" a várias razões entre as quais as mais comuns são a chamada "falta de jeito" e a falta de responsabilidade que os homens supostamente teriam a fazer negócios, opinião esta partilhada pelos homens entrevistados:

Maria Salomé: "...as mulheres em Cabo Verde são mais aptas para o negócio.. há poucos homens mas não fazem negócios porque gastam logo tudo o que recebem.. para o homem é melhor trabalhar lá fora".

Elizabete:"... fazer de rabadante o homem não sabe, isto é com mulheres".

Dália:" As mulheres têm mais jeito para o comércio. Um homem fica aqui, aparece um amigo, vão beber e deixam tudo e vão embora".

Noutros casos sublinha-se a importância da experiência e da capacidade de gestão de conflitos que os homens não teriam:

Maria de Lurdes: "Os homens não gostam de vender na Sucupira, há muita competição entre nós.. tem que se saber como negociar toda esta competição".

A importância desta componente do conflito no meio observado é inerente à cooperação entre os actores sociais que fazem parte deste grupo. Saber gerir o conflito quer dizer também capacidade de aprender as regras do jogo e respeitá-las, em nome das finalidades convergentes com os outros actores sociais, tendo ao mesmo tempo a consciência da própria margem de liberdade.

A falta de confiança por parte das mulheres poderia ter origem numa opinião sobre os homens, que se forma na esfera das relações

familiares devido à prática da “poligamia irresponsável”, que origina um sentimento de abandono nas mulheres sobretudo em relação à responsabilidade para com os filhos. De facto, em Cabo Verde são raros os homens que têm filhos de uma só mulher e é comum eles entreterem relações com mais mulheres ao mesmo tempo.

A maioria das respostas remetem para um plano quase natural, o que faz pensar numa construção social da diferença de género, que neste caso se manifesta na área produtiva. A maioria dos entrevistados responderam como se isto dependesse de uma diferença natural que não precisa de explicações.

Parece que estamos perante mais um papel de género socialmente construído: ravidante (empresário informal) no Sucupira é um trabalho de mulher.

O processo histórico do desenvolvimento de Cabo Verde favorece a persistência de práticas discriminatórias, embora a partir da independência se tenham criado as condições para a luta contra a discriminação, baseadas no sexo e na dependência da mulher, tendo tido como resultado uma legislação bastante avançada.

Em Cabo Verde as famílias mono-parentais representam 41%, no último recenseamento do INE (Instituto Nacional de Estatística). A estrutura familiar cabo-verdiana caracteriza-se pela população celibatária e pelas uniões “de facto”, que a partir de 1981 passaram a ser reconhecidas pela lei. Segundo os dados do Inquérito às famílias, cerca de 41% dos chefes de famílias são mulheres: 62% nas zonas rurais; 30% nas zonas urbanas e 8% nas zonas semi – urbanas. Na Praia e São Vicente, cerca de 80% dos filhos nasceram fora do casamento; 40% dessas mulheres são chefes de família³.

Parece portanto existir uma ligação directa entre a estrutura cabo-verdiana mono-parental com mulheres chefes de família e o facto das mulheres assumirem a responsabilidade dos filhos. Nas palavras da Presidente do ICF (Instituto da Condição Feminina) isto justifica-se historicamente e depende da maneira como se povoou a ilha:

“.. temos que considerar que aqui sempre existiu um “padre” em todas as famílias.. A união de facto sempre foi casamento. Existe uma matrilinearidade cultural num contexto de patriarcado. É uma questão com-

³ Dados do Projecto NLTPS. Estudo Nacional de perspectivas a longo prazo “Cabo Verde 2020” Ministério da Coordenação Económica. Praia, Maio de 1996. Consultora: Dina Salústio.

plexa: a decisão final é sempre do homem, o homem é que manda, mas a mulher tem poder de facto - rabida (dá voltas..)"⁴.

Outro facto que emerge das entrevistas é a frequência de casos em que um homem tem uma mulher oficial e outras mulheres, que mudam várias vezes, dando origem a um grande número de filhos sem pai declarado e de mulheres sozinhas que se responsabilizam pelos filhos. Vejamos alguns exemplos:

Lurdes: "Os homens não têm paciência, as mulheres sofrem muito mas aguenta-se. Os homens fazem muitos filhos com muitas mulheres diferentes, os homens cabo-verdianos são um pouco irresponsáveis. Eu tenho 2 filhos mas sou solteira, não quis saber".

Anamaria: "O meu marido já há 14 anos que não liga... é como todos... a família é um meu problema mas pelas outras também. Eles não dão, separam-se logo que aparecem os filhos. Eu tenho que tomar decisões em casa, os homens.. não se pode contar com eles".

Domingas: "Os homens.. eles ficam só um bocado, nós temos que trabalhar para criar os filhos, o meu marido quando estava connosco ajudava mas só um pouco. O homem em Cabo Verde não presta".

Dália: "Os homens não sabem tratar as mulheres, querem enamorar e depois basta engravidar e não querem mais saber.. os filhos são um problema das mulheres".

É quando se passa a questionar em que medida a responsabilidade feminina em relação aos filhos acresce o poder das mulheres na tomada de decisão dentro da família as opiniões dos entrevistados reflectem, na maioria dos casos, a dificuldade de homens e mulheres de se afastar dos papéis socialmente construídos e aceites do patriarcado dando origem a frases contraditórias. Vamos ver algum exemplo:

⁴ Entrevista de 16 de Novembro de 1999 com a Presidente do Instituto da Condição Feminina, Dr.ª Maria da Glória Silva que explica também que o Instituto depende directamente do Primeiro Ministro e funciona como intermediário entre o Estado e as ONG's de mulheres. Foi criado em 1994. A partir de 1996 o Instituto começou a introduzir o conceito de género até então não utilizado nos projectos de capacitação dos recursos humanos. O Instituto elaborou um estudo sobre a situação das mulheres em Cabo Verde e um programa de sensibilização sobre a actuação das leis que existem. Desenvolve o seu trabalho de maneira transversal através de planos sectoriais com os vários ministérios. O ICF executa em cooperação com as ONG's (OMCV, MORABI, AMEP) um projecto "Género, cooperação e desenvolvimento" que ao momento da entrevista envolvia sete ministérios e a comunicação social. Até agora não existe nenhuma vertente sobre o trabalho produtivo da mulher e o seu papel no mercado.

Maria-Salomé: "O meu marido ganha muito pouco mas é ele que toma as decisões em casa. Com os filhos ele é que sabe. Quando o meu filho quer algo ele compra mas eu decido se tem que comprar ou não. Se não está na minha possibilidade não se compra".

Lurdes: O marido da Lurdes que intervém na entrevista declara:" em casa manda ela mas nela mando eu. Se o meu filho quer comprar algo eu decido porque se ela como mãe acha que o dinheiro não dá.. eu proíbo seja o que for.. quem decide é o pai, o homem".

Maria de Lurdes: "Agora eu fiquei com mais dinheiro mas nas decisões é a mesma coisa.. ele é que toma.. ele não quer o meu dinheiro, quer que eu ponha no banco mas se ele quisesse eu dar-lhe-ia sem problemas. Eu também tomo decisões e ele é sempre contente e muitas vezes diz-me para eu fazer porque ele não sabe nada da lida da casa e dos filhos".

Ao mesmo tempo, existe sem dúvida um processo de consciencialização das mulheres empresárias entrevistadas em relação ao acréscimo de poder que advém do aumento de poder económico, através da actividade empresarial que constitui, muitas vezes, o único rendimento do agregado ou pelo menos o mais importante. E isso acontece, quer no caso das mulheres chefes de família contempladas pela estatística (solteiras, viúvas, separadas, abandonadas..), quer no caso de mulheres que vivem com os próprios maridos, sejam eles empregados ou não, cujo rendimento é importante no agregado familiar.

Apesar das leis que obrigariam os pais em relação aos filhos, existe a prática da "poligamia irresponsável" por parte dos homens, e a tendência das mulheres a não fazer valer os próprios direitos ou porque não conhecem a lei, ou porque justifica-se o pai dos filhos por estar desempregado. Mas o que existe é sobretudo uma prática muito comum de não pressionar o pai para cumprir as próprias obrigações. As mulheres, em outros termos, parecem assumir como um facto natural a responsabilidade em relação aos filhos, mesmo quando se trata de filhos de precedentes relacionamentos dos maridos.

Em Cabo Verde uma boa parte da sociedade pensa que a mulher não deve ter os mesmos direitos que o homem (Relatório do Ministério da Coordenação Económica:25). A este propósito, o mesmo estudo refere que o Inquérito sobre as Principais Aspirações nacionais promovido pelo NLTPS indica que 48% dos inquiridos acha que há igualdade de oportunidades em Cabo Verde entre homens e mulheres e cerca de 25% da amostra manifesta-se contra

a igualdade de direitos entre o homem e a mulher, sendo de ressaltar que a maioria desses inquiridos contra a igualdade são jovens.

Estamos aqui perante um caso de grave discordância entre as práticas sociais e a legislação. Esta mentalidade difusa entre as mulheres parece ter as suas origens num conjunto de constrangimentos que envolvem a mulher, entre os quais os mais importantes dizem respeito à elevada taxa de analfabetismo nas mulheres adultas, à alta taxa de fecundidade, à reduzida participação feminina na vida pública e à ausência representativa de mulheres nos lugares de decisão, em suma ao menor acesso aos recursos disponíveis.

Se a origem de grande parte dos problemas das mulheres parece situar-se à volta da cultura do país, nomeadamente a manutenção e multiplicação de preconceitos sociais e sexuais, muitos comportamentos são justificados também pela própria mulher tendo o resultado de eternizar situações de discriminação do género que prejudica o desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana.

As práticas de género no meio empresarial do sector informal, no contexto analisado, é uma problemática peculiar por vários motivos. Por um lado as práticas discriminatórias continuam intactas na esfera privada das mulheres empresárias entrevistadas, como, com intensidade diferente, na maioria dos países do mundo. Por outro lado quando se passa a analisar a existência de diferenças de género ligadas ao sector produtivo informal parece que estamos perante uma limitação masculina no acesso a este mercado de trabalho informal. Na realidade este "lugar privilegiado de mulheres" serve à manutenção do poder patriarcal que legitima as desigualdades do género: o sector informal, além de invisível nas estatísticas, é considerado uma anomalia do sistema e um sector não produtivo.

No entanto a saída da mulher da esfera privada para entrar na área produtiva (seja qual for a causa da mudança) favorece a emancipação da mulher e é fora da esfera privada que se formam as identidades de género capazes de criar um espaço de renegociação da tradicional dominação masculina. Neste contexto, a mudança nos papéis do género que altera a divisão sexual do trabalho tem como efeito um acréscimo de poder das mulheres empresárias, que pertencem a um grupo (as Sucupiranas) que partilha uma identidade colectiva reconhecida do exterior e do interior do grupo que influencia também a esfera privada através do sucesso da empresa.

Com a intenção de testar a existência de uma identidade colectiva de mulheres empresárias foram recolhidas informações sobre

as formas de competição e de solidariedade existente entre as empresárias do grupo observado. Do conjunto das entrevistas resulta por um lado a existência de competição entre as empresárias que se manifesta sobretudo na ocultação das informações sobre os mercados de aprovisionamento e na negação da ajuda a quem está em dificuldade:

D: Isabel: "... para ir sozinhas a comprar coisas diferentes a gente tem que lutar mas no nosso grupo se uma não tem dinheiro outra compra e paga o despacho e depois quando se vende paga-se a quem ajudou... mas nem todas fazem isso, outras quando alguém tem dificuldade deixa lá para morrer... há muitas ruínas aqui.. aquelas mais antigas e aquelas que têm menos escrúpulos".

D. Dália: "...aqui há muita competição e as rabidantes são muito egoístas.. Olha, a minha tia há dias viajou para o Brasil e não sabia onde comprar umas blusas que queria comprar mas as outras que sabiam não lhe disseram e assim quando chegaram fizeram um negócio melhor".

Por outro lado, há formas de solidariedade que estruturam a identidade de grupo e que têm a ver com a estrutura da sociedade tradicional cabo-verdiana. Uma das mais importantes incide sobre a forma de resolver o problema da falta de acesso ao crédito que é atenuada pela presença de circuitos de ajuda mútua. O mais importante é a chamada Toto-caixa que funciona como uma forma de poupança. Uma pessoa recolhe uma certa quantia de dinheiro por cada grupo diariamente e cada participante tem um número de identificação. Cada dois ou três dias, e até diariamente, é feita uma extracção aleatória de um número e a empresária contemplada recebe o total acumulado. E assim, a rotação, consegue-se ter uma quantia de dinheiro que é geralmente empregue para fazer mais uma viagem quando o negócio está fraco ou quando os compradores demoram a pagar as mercadorias. Estas formas de ajuda mútua abrangem não só os empresários do Sucupira mas também os outros grupos sociais. Foi, por exemplo relatada a existência de uma Toto-caixa na alfândega e em várias empresas do sector do comércio formal, assim como existem circuitos de ajuda mútua entre vizinhos e parentes para acumular dinheiro que sirva a fazer frente a eventos imprevisíveis na vida de uma comunidade, como por exemplo o "betim". Trata-se de uma espécie de associação funerária que funciona como a Toto-caixa e serve para cobrir as despesas de funerais normalmente muito caros. A preocupação com a morte de fami-

liares é, em Cabo Verde, tradicionalmente manifestada com rituais que na cidade são mais difíceis e mais caros de efectuar sem a ajuda de mecanismos como a ajuda mútua. Estamos aqui perante rituais que servem para a manutenção de laços de solidariedade que estruturam a organização social em Cabo Verde tal como noutras partes do planeta.

A miscigenação cultural em Cabo Verde iniciou-se com o povoamento das ilhas e caracterizou a sua evolução. Vários domínios da vida material e espiritual cabo-verdiana, da sua visão do mundo, dos seus valores, são tributários dos grupos étnicos africanos que concorreram para o povoamento das ilhas⁵. Pouco importa, nesta sede, estabelecer se este tipo de solidariedade é uma contribuição negro - africana na formação do homem cabo-verdiano. O que importa é a solidariedade como valor importante da sociedade cabo-verdiana e a necessidade da manutenção deste valor independentemente das práticas resultantes de novas estratégias vindas do exterior. E o que importa ainda mais, para o objecto de estudo deste trabalho, é sublinhar a adaptação destas práticas tradicionais para resolver os problemas como o da inacessibilidade, no espaço do informal, do acesso ao crédito bancário.

Na opinião da maioria dos entrevistados são as empresárias mais antigas do mercado que mantêm estes circuitos de ajuda mútua enquanto, ao mesmo tempo que actualmente nota-se uma mudança caracterizada por um aumento da desconfiança por parte das pessoas mais novas que organizam o circuito. É importante sublinhar que este tipo de mecanismos funcionam com base nas relações interpessoais dos participantes. E são também as relações interpessoais que estruturam outras formas de solidariedade entre empresárias referidas pelos entrevistados, ao afirmarem que o mercado Sucupira é dividido em muitos grupos de solidariedade baseados em geral no parentesco.

Parece correcto afirmar que a identidade deste grupo é uma identidade que surge no mercado e que se estrutura no trabalho empresarial.

A teoria económica dominante não considera os agentes económicos do sector informal como "empresários". Esta opinião insere-

⁵ FURTADO, C. 1999 "A dimensão africana do Humanismo cabo-verdiano uma aproximação reflexiva. Acta do Colóquio sobre o Humanismo Latino e o Humanismo Africano, Praia.

-se numa visão da história africana que nega a capacidade das sociedades africanas de aceitar e integrar os valores, os comportamentos e as práticas da modernidade, e que nega também a existência de dinâmicas próprias, capazes de responder aos desafios vindos do exterior (CASTRO-HENRIQUES 1996). A mesma autora, no mesmo texto afirma que “os africanos não só não renunciam às suas práticas, cuja eficácia fora demonstrada pelas relações com os Europeus, mas procuram impor as suas novas regras aos Europeus”(CASTRO-HENRIQUES 1996: 27-31).

As entrevistas efectuadas evidenciam, por exemplo, dados interessantes de acumulação de capital neste sector, embora com características próprias.

Se a abertura da economia à competição no mercado mundial torna-se um imperativo no modelo de desenvolvimento adoptado em Cabo Verde, o necessário crescimento do sector privado faz resurgir a importância do empresário como agente estratégico do desenvolvimento, tornando-se de fundamental importância o estudo das características das empresas existentes no referido contexto.. O contexto histórico, social, económico e cultural influencia os comportamentos empresariais que têm que ser analisados nas suas dinâmicas de gestão, de acumulação, de investimento e na sua forma peculiar de racionalidade económica.

Vamos portanto caracterizar, com apoio nos dados recolhidos, as empresas comerciais do Sucupira, que pertencem ao grupo de observação.

Segundo a análise económica clássica, estas empresas do sector informal têm características que são dificilmente captadas com os tradicionais indicadores económicos e contabilísticos. Por exemplo consideram que a taxa de rentabilidade, um importante indicador na análise dos projectos de investimento do sector formal, mas que não é relevante para o sector informal e que o lucro, neste contexto, é muitas vezes consumido na satisfação das necessidades imediatas do empresário. No contexto analisado, portanto, tem mais importância avaliar o impacto dos resultados da empresa sobre as condições de vida do empresário e da comunidade a que pertence. A este propósito, das entrevistas sobressaem algumas considerações de carácter geral que dizem respeito ao impacto que a actividade empresarial tem sobre as condições de vida do empresário e do seu agregado familiar. Não há dúvida que a actividade empresarial neste sector tem como consequência, em tempos mais ou menos breves, a melho-

ria das condições de vida do empresário e da sua família permitindo, por exemplo, o acesso à educação dos membros do agregado em idade escolar, assim como oportunidades de trabalho para os membros do agregado desempregado. Vamos ver alguns exemplos:

D: Maria de Fátima: "... o meu negócio vai razoavelmente. Tenho a minha velhice assegurada. Comprei dois prédios com 3 apartamentos cada que alugo. Num deles vivo eu com os meus filhos e a minha sobrinha que me ajuda aqui. Consegui também o ano passado comprar duas hiaces⁶ para arranjar trabalho a um dos meus filhos e ao meu irmão. Eles estão lá de fora (à frente do Sucupira há a paragem das hiaces que fazem transportes até o Tarrafal) e agora ganham para si e os seus filhos".

D. Linda: " ..o meu filho quer ser piloto e a minha filha gostaria ser jornalista. Eu estou bem contente porque gostaria que os meus filhos tivessem uma vida diferente que estar aqui e eu posso pagar-lhes os estudos com o resultado do meu trabalho".

D: Milena: " A minha filha vai para a Universidade ao Brasil para ciências políticas e o meu filho vai para o ano e sou eu quem financia os seus estudos. Eles não têm bolsa mas eu estou segura que o meu negócio vai dar para isso porque corre bem".

Outra particularidade da actividade empresarial é a importância da capacidade do empresário "saber fazer" o necessário para repetir o acto produtivo: é do "saber fazer" que resulta o auto-financiamento da empresa (a falta da prática de amortizar os custos dificulta, em parte, a determinação clássica de auto-financiamento do empresário). Muitas vezes, nestas empresas, o acto produtivo está ligado às encomendas dos clientes que são aleatórias e à capacidade de "dar a volta" a este problema passa pela formação que normalmente é transmitida "de mulher para mulher". A aprendizagem é feita por repetição, sem ter em conta os aspectos teóricos, rompendo assim com o sistema formal de ensino e formação profissional, baseando-se na execução de tarefas simples que vão adquirindo maior complexidade, uma vez que o aprendiz adquire mais conhecimentos. Muitas das coisas que dizem respeito ao conhecimento do mercado e à organização da empresa acontecem na presença dos "aprendizes empresários" que têm assim a possibilidade de aprender, por exemplo a negociar com os clientes ou a resolver os vários problemas do despacho das mercadorias na alfândega.

⁶ É o nome das carrinhas de transporte informal usadas em Cabo Verde.

Há mais um aspecto importante. Ao considerar os resultados do inquérito sobre o andamento das empresas, e ao relacionar este resultado com a ausência quase geral de regras de gestão elementares, como a utilização de uma contabilidade ordenada, surge a dúvida sobre a utilidade, neste contexto, da contabilidade para o funcionamento da empresa e o seu sucesso. De facto, uma das empresárias refere:

D. Maria de Fátima: "eu nunca soube quanto dinheiro preciso por mês e quanto ganho. Eu não controlo, não, eu não controlo... isto agora... nunca fiz contas! Vou juntando o meu dinheiro e quando der para mais uma viagem considerando o ganho para mim eu vou e volto. Não tenho contas, nunca senti a necessidade".

Por outro lado, o fundamental para estas empresas parece ser a procura dos recursos financeiros de que carecem, o que torna fundamental a resolução do problema do acesso ao crédito que é facilitado quando na família há já alguma mulher rabadante que dá a ajuda inicial e ensina "a arte de rabadar". A este propósito é interessante como um exemplo do modo como se transmite entre mulheres a experiência de fazer de rabadante. (.....) a história de vida da Sandra, a mais novas das empresárias, com 16 anos de idade filha de uma rabadante.

O caso da Sandra não é raro. No meio das entrevistadas há uma percentagem significativa que aprendeu a fazer negócios com mulheres da sua família.

De acordo com Leibnstein (1968:73), em certos contextos "a capacidade para obter financiamento depende mais de ligações familiares do que da disponibilidade de pagar uma certa taxa de juro". Reconhece-se portanto que o comportamento económico é influenciado pelas relações sociais que unem os indivíduos e que os mercados são fenómenos sociais (POLANYI 1957 e GRANOVETTER 1985 e 1992).

Outro factor de difícil definição neste tipo de empresas é a determinação e o conhecimento da situação financeira e patrimonial num dado momento. Não existe em geral nenhum registo de transacções que permita calcular a entrada e saída de recursos financeiros e, obviamente, do "cash flow". As empresas que observamos funcionam sem qualquer orçamento, o que demonstra por si só a sua especificidade e a necessidade de se encontrar um novo modelo de análise que não se baseia nos cálculos dos tradicionais rácios.

Recapitulando: as empresas comerciais observadas têm características comuns: adquirem a mercadoria no estrangeiro quer em países do vizinho continente africano (Senegal, Zâmbia, Guiné Conakri, África do Sul) quer em países europeus (Portugal, Holanda, França, ..) ou do continente americano (Brasil e EUA). Em relação aos mercados de aprovisionamento verifica-se que quanto mais recente é a actividade mais se adquire ao Senegal, no mercado do Sandanga em Dakar, por causa do custo reduzido da passagem e da possibilidade bastante comum de ter apoio no parentesco que se encontra nesta cidade. As empresárias que viajam só a Dakar são em geral as que têm um volume de negócio e de rendimentos muito baixo e que começaram a actividade há pouco tempo⁷. As empresas mais sucedidas são aquelas em que as empresárias viajam mais, sobretudo para o Brasil e os EUA que, nas palavras das mesmas entrevistadas, são os lugares onde se compra a mercadoria a preços mais convenientes, onde existe uma maior escolha, variedades de produtos, e uma maior qualidade.

Para concluir :

Se por um lado, o dinamismo das mulheres na actividade empresarial informal e o maior sentido de oportunidade em relação ao outro sexo são factores reconhecidos em numerosos estudos monográficos em vários países em desenvolvimento, por outro lado, surgem ainda algumas questões de carácter mais global.

A análise de classe que estruturou o pensamento científico até há poucos anos atrás parece ser insuficiente para explicar a existência de conflitos como aqueles que têm base no género. A realidade remete para a emergência de identidades de grupo que parecem ser o lugar de eclosão e de visibilidade dos conflitos. O mercado precisa de empresários como agentes de desenvolvimento e portanto surge a necessidade de controlar os espaços de visibilidade do dinamismo feminino de maneira a preservar as relações de poder patriarcal sobre as quais o m. d. p. dominante se estrutura. Muitos autores falam do sector informal como de uma doença da

⁷ Resulta das entrevistas que entre as empresárias que privilegiam Dakar como mercado de abastecimento há também algumas que estão há muito tempo na actividade mas que nunca conseguiram ter resultados que permitissem aumentar o negócio.

economia, outros da necessidade da sua regulamentação embora pouco esteja a ser feito no sentido de torná-lo mais visível. Regular e medir, por exemplo, o sector empresarial feminino no mercado Sucupira significaria pôr em discussão as relações de poder na sociedade cabo-verdiana e os indicadores macro económicos como o PIB. Ao querer preservar, de acordo com o m.d.p. capitalista, a estrutura patriarcal do poder, grupos como as mulheres que entrevistamos têm que ser controlados através da má definição do sector, da sua marginalização em relação a qualquer tipo de apoio e da sua exclusão das estatísticas justificada pela sua dificuldade de medição.

Parece que a mesma cultura e o mesmo modelo que à partida discrimina a mulher no acesso ao mercado de trabalho cria espaço e serve de base para o desenvolvimento de actividades femininas no mercado real.

Chegamos a um ponto em que, em países como Cabo Verde, a visibilidade do sector informal não pode ser adiada por muito mais tempo, apesar da sua não inclusão nas estatísticas oficiais, e será então interessante ver como o m. d. p. dominante irá nas próximas décadas negociar a presença das mulheres neste sector nuclear da economia real do país. A nossa hipótese remete para a existência de uma identidade de grupo com base no género dos empresários deste sector e para o *empowerment* deste grupo de agentes de desenvolvimento. Vários elementos indicam que esta identidade existe e determina lógicas peculiares de gestão de empresas e de acumulação de capital económico e relacional e que o espaço em que se manifesta influencia as dinâmicas de crescimento de actividades empresariais africanas. É evidente que a verificação da nossa hipótese depende da existência de políticas eficazes de apoio ao desenvolvimento deste sector do empresariado e sobretudo de uma nova forma de olhar o género como um dos factores que o estruturam.

Bibliografia

- AMADIUME, I (1987) *“Male daughters, female husband”* Zed Books, London.
- CASTRO HENRIQUES, I. (1996) “Comércio e empresários africanos em Angola na 2ª metade do século XIX” in *Economia global e Gestão* nº 1/96 AEDG/ISCTE, 55-74

- FURTADO, C. (1999) "A dimensão africana do Humanismo cabo-verdiano: uma aproximação reflexiva" *Acta do Colóquio sobre Humanismo Africano*. Maio 1999, Praia
- GILROY, P. (1995) *The black Atlantic: modernity and double consciousness* Verso, London
- GRANOVETTER, M. (1985) "The problem of Embeddedness" in *The sociology of economic life* 1992 (1957) Westview Press, New York
- HAVIK, P. (2000) "Matronas e mandonas: parentesco e poder no feminino nos rios de Guiné (sécs XVII-XIX)" in *Actas do Simpósio Internacional Desafio da diferença: articulando género raça e classe*, Salvador da Bahia, abril de 2000
- LEACOCK, E. (1981) "*Miths of male Dominance*" Montly Rewiew Press, New York
- LOFORTE, A.M. (2000) *Género e poder entre os Tsonga de Moçambique* Promedia, Maputo
- MBILINYI, M. (1991) "*Big Slavery*" University press, Dar es Salaam
- MBILINYI, M. (1992) "Research methodologies in Gender Issues" in *Gender in Southern África: conceptual and theoretical issues* Sapes books, Harare
- MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA (1996) *Projecto NLTPS: Estudo nacional de perspectivas a longo prazo Cabo verde 2020*" Maio de 1996, Praia
- OKEIO, A.P. (1983) "*Some structural aspects of educational inequity in Zambia. A look at the 1970-1980 Decade*" Paper presented at the University of Zimbabwe, school of Umanity of Zimbabwe, School of Umanities and social Science staff Seminar, June 15
- OKEIO, A.P. (1987) "Gender as a Research Problem" in Kann U. Mokoodi G. and Snyder J. (eds) *Gender dimensions of development research, A report from a Workshop*, NIR University of Botswana
- POLANY, K. (1957) *The Sociology of economic life* Westview Press, New York.
- RUBIN, G. (1975) "The traffic in Women: notes on the political economy of sex" in Reiter, R. org. "*Toward an anthropology of women*, Montly Review Press, New York
- STATHERN, M. (1988) *The gender of the gift* University of California Press, Berkley.
- VIDROVITCH COQUERY, c. (1994) "*Les Africaines: histoire des femmes d'Afrique noire du XIX au XX siècle*" Desjonquère, Paris

WESTKOTT, M. (1979) "Feminist criticism of the social science" in *Harvard Educational Review*, 49, 4

ENTREVISTAS a rabidantes Janeiro/Março de 2000:

D. Isabel, D. Maria Salomé, D. Elizabete, D. Dália, D. Maria de Lurdes, D. Lurdes, D. Anamaria, D. Domingas, D. Isabel, D. Maria de Fátima, D. Linda, D. Milena.